

Alicerces desertificados



Por **DANIEL AFONSO DA SILVA***

Os espaços universitários acentuaram a sua mediocrização e tornaram a perseguição uma regra

1.

Tem doze meses que comentei o artigo “Universidade pra quê?” do professor Paulo Martins, publicado no [Jornal da USP](#) em [“Pandemônio universitário”](#).

Incrivelmente, de lá pra cá, muito mudou. Mas para pior. Os espaços universitários acentuaram a sua mediocrização e tornaram a perseguição uma regra. Ainda não foi realizado um balanço realista da situação das universidades brasileiras neste ano e pouco de “retorno à normalidade”. Mas a greve dos servidores das universidades federais – que segue crescendo e pode alcançar a categoria docente – indica que existem mais espinhos que flores nesse jardim. O que demonstra que segue vivo o pandemônio universitário. E – como nas noites de junho de 2013 – não simplesmente pelas demandas salariais e sindicais. Nesse sentido, reabilito, com retoques, o diálogo com o professor Paulo Martins.

2.

Paulo Martins é um erudito. Não há outra designação para quem transita com tamanha familiaridade pelos mundos desabados de Cícero, Virgílio, Ovídio, Horácio, Luciano, Quintiliano, Augusto, Severo. Por coincidência e destino, hoje ele ocupa a função de diretor no principal centro de ciências humanas e humanidades do país, que segue sendo a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E, desde essa honrosa e simbolicamente pesada posição, ele vem de apresentar uma imensa, urgente e necessária provocação sobre o destino da universidade brasileira em seu artigo “Universidade para quê?”.

A pergunta avançada no título não é nada trivial e demanda reações cuidadosas, moderadas, respeitosas e sutis. O corpo da universidade está sensível e a sua compleição mental, debilitada. Vive-se, intra e extramuros, dias terríveis. Quase de desespero. E nada indica céu azul. No curto nem no médio prazo. Aqui nem do outro lado da montanha mágica.

Vem de muito o questionamento sobre a utilidade última da universidade, pública ou privada, no Brasil e no mundo. Mas, ultimamente, passou-se a questionar a própria retroalimentação da universidade enquanto edifício moral, cultural, racional multissecular que, inquestionavelmente, racionalizou e civilizou o fluxo da vida no Ocidente e além.

Tem muito, portanto, que a universidade começou a perder o monopólio do conhecimento e o imperativo da transferência de saber. Mas, nos últimos tempos, a erosão do reconhecimento da própria função social da universidade vem sendo

desconjuntada de modo acelerado e implacável.

Nada disso é trivial nem banal. E no caso do Brasil ganha contornos ainda mais complexos.

O primeiro suposto para um possível início de diálogo com as preocupações de Paulo Martins precisa, assim, reconhecer, de saída, que o que se entende por universidade no Brasil, com raríssimas e distantes exceções, deixou de existir tem uns quinze, vinte anos. O reservatório de saber, conhecimento e cultura que os espaços universitários historicamente representaram foi rebaixado a níveis de banalização e vulgaridade jamais imaginados ou suportáveis, mesmo pelos seus mais violentos e históricos detratores de plantão.

O papel social e moral da educação em geral e da educação universitária em particular na condução da redução de aporias sociais perdeu, quase que completamente, a sua operacionalidade. Notadamente em decorrência do ingresso súbito e acrítico da sociedade brasileira na fluidez da era da hiperinformação da quarta revolução industrial. A sua condição de elevador social ganhou dimensões quase contrárias aos propósitos iniciais de soerguimento econômico, cultural e moral da sociedade. Ninguém ou quase ninguém verdadeiramente informado sobre o mercado de trabalho brasileiro recorre cegamente à universidade para somente dela aquinhoar equipamentos para o melhoramento pessoal socio-econômico-cultural.

Qualquer brasileiro ou estrangeiro que desembarca nos aeroportos das principais capitais do país e solicita serviços de locomoção pode, sincera e amargamente, notar que a massa de trabalhadores uberistas e afins corresponde possivelmente à casta de motoristas de aplicativos mais bem formada do planeta. Quase todos com diplomação superior e, muita vez, provenientes de formações complexas, sofisticadas e longas como letras, filosofia, astrofísica, engenharias e afins. Virou, por exemplo, impossível trocar de um para outro transporte de uber no Rio de Janeiro sem ter como chofer um engenheiro químico, de minas ou de petróleo. Da mesma forma, em São Paulo, uberistas são, em geral e em verdade, historiadores, psicólogos, administradores de empresas ou bacharéis em direito, muita vez, egressos da própria Universidade de São Paulo – a constante universidade mais importante e relevante do país.

No mesmo diapasão, a se fiar pelos estudos do economista Guilherme Hirata da consultoria educacional IDados, 41% dos portadores de diploma de ensino superior no Brasil, ou seja, aproximadamente 8,5 milhões de brasileiros, exercem ocupações aquém daquilo ao que se qualificaram. Se isso não bastasse, os números se movem de 25 a 30% para indicar o percentual de mestres e doutores desempregados. Sem contar os subempregados. E é preciso sempre se lembrar dos desalentados, desolados e desesperados. Aqueles que, seriamente, vivem a solidão dos escolarizados ou o desespero dos sobre-educados.

A crise da universidade brasileira, acentue-se então, é uma verdade inconveniente desde o final do último milênio. Com o ingresso no novo século e o avanço desenfreado de sua expansão, em formatos públicos e privados, por todas as regiões do país, o que era uma crise remediável ganhou dimensões francamente insolúveis. Qualquer gestor público sabe disso e nenhum reitor de universidade dorme tranquilo.

Ninguém, com o mínimo de sensibilidade ao encontro dos impérios de desigualdades especializados pelas múltiplas regiões e sub-regiões do Brasil, pode condenar a expansão universitária dos últimos quinze, vinte anos. Mas, como bem se anotou Rodrigo de Oliveira Almeida, na edição 320, de outubro de 2022, da revista Fapesp, “a expansão universitária teve impactos tangíveis nas realidades locais, mas ainda enfrentam obstáculos para se consolidar.”

Esses obstáculos, a partir do conjunto de turbulências morais, culturais, intelectuais, econômicas e sociais dos últimos dez anos – leia-se, dos iniciais 20 centavos das noites de junho de 2013 –, foram ganhando ares de calamidade pública. E, como sob tempestade perfeita, começaram a atormentar o cotidiano de gestores, professores, funcionários, alunos e familiares.

3.

a terra é redonda

Ninguém consegue mensurar o tamanho do sinistro educacional produzido do ministério de Cid Gomes ao de Victor Godoy Veiga. Aos atuais responsáveis – Camilo Santana e os demais – resta simplesmente remediar danos.

Do antigo governador do estado do Ceará, dizia-se, boca pequena, por Brasília e alhures, que se tratava do primeiro Ministro da Educação explicitamente desprovido de educação. Os entendidos no assunto se referiam a ele como o pior ocupante da pasta desde o início da redemocratização. A sua gestão foi breve, brevíssima. Mas, talvez, seja mister de se lembrar e meditar que a razão principal de sua queda foi a sua “petulância” em afrontar o então todo poderoso presidente da Câmara dos Deputados, o Senhor Eduardo Cunha, e não pela sua possível inapetência para a função.

Tudo isso para dizer que a gestão geral da educação brasileira, desde o início de 2015, foi tragada pela crise política que tomou conta de praticamente tudo. Consequentemente, desde então que especialmente a universidade pública passou a cultivar namoros intensos como a sua própria irrelevância.

Não simplesmente pelo represamento de recursos, corte de verbas, evasão em massa, redução progressiva de interesse e de ingresso ou pelo incontestável rebaixamento do nível dos seus profissionais docentes notadamente. Mas, sobretudo, pela internalização das contradições, tormentos, brutalizações e destemperos políticos nacionais no ambiente universitário.

O lodaçal e a fedentina que tudo isso causou – e ainda causa – vão demorar gerações para serem superados.

Poucos países do mundo possuem o privilégio, por exemplo, da disponibilidade de um intelectual da estatura de um Renato Janine Ribeiro para ocupar e gerir burocracias pesadas e complexas de ministérios – no caso específico, do Ministério da Educação. Pois nem com Renato Janine Ribeiro, Ministro da Educação fugaz em 2015, a sangria na área deu sinais de refluir.

A inquestionável correção e discrição do competente e esforçado Rossieli Soares, Ministro da Educação sob a presidência de Michel Temer, foi estrategicamente decisiva na tentativa de contenção de fraturas expostas. Mas a embarcação da Educação seguia em queda livre.

Tudo que conduziu ao *impeachment* de 2016 tinha legado níveis de degradação inacreditáveis em todas as áreas da vida nacional sendo a prisão do presidente Lula da Silva e a eleição do deputado Jair Messias Bolsonaro em 2018 as demonstrações mais dramáticas.

O impacto de tudo isso sobre a educação em geral e sobre a vida universitária em particular ainda merece reflexão mais detida e menos partidarizada. Ninguém passa incólume sob palmeiras, como dizia o poeta. Então, repense-se.

Quando se chega à presidência de Jair Messias Bolsonaro, o Ministério da Educação – que é, de longe, o ministério mais decisivo para o presente e o futuro da nação brasileira – vai legado ao Senhor Ricardo Vélez Rodríguez. Talvez seja inconveniente lembrar, mas não é demais lembrar que o fiador desse obscuro e obscurantista professor colombiano emigrado para o Brasil foi o não menos obscuro tampouco menos obscurantista guru brasileiro emigrado para os Estados Unidos de nome Olavo de Carvalho.

Olavo de Carvalho, consultado pela claqué bolsonarista, reconheceu Ricardo Vélez Rodríguez como o único capaz de encaminhar a bom termo a guerra cultural necessária para a superação do comunismo entranhado na sociedade brasileira. Um comunismo que, segundo o falecido morador da Virgínia, estava na iminência de corromper integralmente a alma, o coração e a mente dos pobres brasileiros frequentadores de espaços formais de formação tipo universidades, notadamente públicas e especialmente federais.

É simplesmente desnecessário se demorar sobre o rebaixamento da globalidade do que historicamente se reconheceu por educação nacional sob essas orientações.

Se nada disso fosse suficiente para a aceleração do descarrilamento de tipo ferroviário da universidade brasileira, a pandemia veio impor desafios incomensuráveis para dias de paz e irrealizáveis para momentos de guerra.

A imposição do ensino à distância e da burocracia remota causou disfuncionamentos no cotidiano das estruturas de ensino universitário que tornaram o convívio psicologicamente desafiador – para não dizer insuportável. A completa sujeição da coletividade universitária ao isolamento, muita vez precário e modorrento, durante o biênio 2020-2021, promoveu o afloramento de múltiplas formas e níveis de doenças mentais e emocionais, deformações morais e açodamento de caráter que contaminam e modificam, grave e indelevelmente, o convívio intramuros desde o retorno ao “normal” em inícios de 2022.

Depois das recomendações de se registrar em segredo a atuação dos “inveterados doutrinadores esquerdistas” em suas práticas universitárias – coisas dos tempos do Senhor Abrahan Weibraub à frente do Ministério da Educação –, em pleno retorno às aulas presenciais, após vacinação em múltiplas doses, circulou a notícia de que um importante departamento de uma importante universidade brasileira estava às vias de baixar uma portaria determinado que os professores lecionassem sentados para não ofender nem melindrar os seus ouvintes com a eventual proeminência de seus membros penianos sob as suas vestimentas.

4.

Sim: é esse o nível de absurdos em que tudo chegou. O identitarismo e o wokismo tomaram conta de tudo. Nunca para o bem. Sempre para desvios e desmandos. Nunca medidas tão estapafúrdias foram tão ostensivamente provocadas no interior dos espaços universitários. O desacorçoo de Paulo Martins tem, portanto, razão integral de ser. A *dérision*, *déconstruction* e *destruction* tomou conta da universidade e está às voltas de amordaçá-la e golpeá-la fatal e terminalmente. Notadamente no campo das ciências humanas e das humanidades.

Nesse deserto do real da verdade universitária, nenhum destacamento da universidade segue mais desertificado que esse campo. Nada está mais em decomposição que esse ambiente. A realidade dele segue dramática. E, pior que isso, o drama acaba por alimentar o esfarelamento de tudo que um dia se entendeu por cultura.

Do contrário, observe-se que a formação aguda e inquestionavelmente erudita ofertada nos cursos de letras, artes, filosofia, história foi – nos últimos muitos anos e especialmente depois de 2013 – distorcida, banalizada e humilhanamente seviciada. Os nobres e honrados antigos praticantes desses sacerdócios em nível universitário começaram a ser atropelados pelas novas tecnologias e por novas gerações de “colegas”, muita vez, ex-alunos, que, não raramente, se portam como engrenagem de *dérision*, *déconstruction* e *destruction* do saber. Ou seja, mão de obra uberizada da desconstrução da universidade.

Voltando no tempo e inserindo pingos nos *is* e tremas nos *us*, quando a “mãe do PAC” correu riscos evidentes de perder as presidenciais de 2010 para o candidato José Serra, eminentes professores lideraram o movimento O silêncio dos intelectuais. Concluído o seu serviço de eleger a sucessora do presidente Lula da Silva, todos esses professores-intelectuais/intelectuais-professores foram paulatinamente retornando ao silêncio diante da sorrateira ascensão do que viria a se revelar bolsolavismo. Hoje ele parece rarefeito. Mas quem retornar com calma aos anos de 2010 vai notar que o bolsolavismo promoveu seguramente a maior ofensiva contra a universidade brasileira em todos os tempos.

Lacrar e destronar. Esse não era, necessariamente, o seu mantra. Mas bem que poderia, claramente, ser. Pois foi o que se tentou. E, muita vez, o que se fez. Exemplos abundam. Nunca o professor universitário, especialmente ligado às ciências humanas e às humanidades, foi tão ofendido, xingado, humilhado, desrespeitado. Nunca.

No fundo, depois que o primeiro-ministro britânico David Cameron vendeu a sua reeleição pelo *Brexit* e que o bonifrate

Donald J. Trump comprou o partido republicano norte-americano para se impor como presidenciável, a pós-verdade virou o pão de cada dia em todo o Ocidente. No caso brasileiro e no âmbito da relação dos brasileiros com a universidade, essa pós-verdade já vinha se manifestando sorrateiramente desde bem antes quando a adoração de muitos pelos ensinamentos do “professor” Olavo de Carvalho.

Por incrível que possa parecer a *doxa* da *bien-pensance* universitária simplesmente ignorou esse detalhe. Quando se viu, o olavismo subterrâneo emergiu e lotou as ruas nas noites de junho de 2013 com os singelos dizeres “Olavo tem razão”. O que veio depois todos viram. Pouco a pouco foi se pavimentando a condução de um literalmente estúpido à presidência da república de um país-continente de mais de 200 milhões de habitantes. Desnecessário comentar os impactos disso sobre a universidade brasileira.

5.

O presidente Lula da Silva inaugurou o seu recomeço sugerindo um profundo exame de consciência no interior das universidades brasileiras. Uma vez eleito, ele começou a lançar as bases para isso em sua reunião com os Reitores já na terceira semana de seu novo mandato. Pergunta importante: foi o suficiente? Resposta sincera: não. Pergunta inconveniente: foi necessária? Resposta responsável: evidentemente.

“Nem só de pão vive o homem”. E o presidente Lula da Silva sabe disso. Dito de modo direto, após um verdadeiro e recorrente massacre as universidades públicas e seus gestores precisavam de atenção, carinho, afago. *Care*. A reunião com Reitores foi para isso: sinalizar cuidado. Mas e *et après* [e depois]?

Um ano depois, as universidades públicas estão às voltas com paralisação e greve.

Quem voltar com calma ao “Universidade para quê?” vai notar que existe uma tragédia ferroviária que se precisa administrar que demandas salariais e movimentações sindicais só fazem ignorar. Dizer isso não exime a nova gestão da educação superior do país sob a presidência Lula da Silva de seus vícios irremediáveis. Pura e simplesmente sinaliza que ela segue longe, muito longe e aquém, muito aquém, da dimensão da complexidade do problema.

Quem voltar novamente ao “Universidade para quê?” vai reler que “a crise da universidade, antes de tudo, deve refletir a respeito da atração dos jovens” e trazer novamente à consciência os questionamentos: “Será que professoras e professores das melhores instituições do Brasil conseguem entender que aquilo que lhes foi importante não é mais suficiente a cativar os estudantes de hoje? Talvez os jovens não busquem a universidade pelos mesmos motivos. Daí nos resta ponderar: ‘para que servimos?’.”

Constrange refletir “para que servimos?”. Incomoda reconhecer que a universidade namora com a irrelevância. Perturba apanhar um uberista com formação de engenheiro. E intriga perceber que o edifício cultural, moral e racional encarnado na universidade está desabado ou desabando e que seus alicerces – fundados nos mundos das ciências humanas e humanidades – foram desertificados impunemente, talvez à jamais.

A nova gestão da educação superior do país e o presidente Lula da Silva sabem disso. Mas seguem impotentes e sem saber o que fazer.

***Daniel Afonso da Silva** é professor de história na Universidade Federal da Grande Dourados. Autor de Muito além dos olhos azuis e outros escritos sobre relações internacionais contemporâneas (APGIQ). [<https://amzn.to/3ZjcVdk>]

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

a terra é redonda

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)

A Terra é Redonda